



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Mano
Melo*

ATA N.º 06/2015

Ao vigésimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Moreira da Costa como Primeira Secretário, Alexandre Hermínio Drago Madeira, como Segundo Secretário**, e os membros eleitos das bancadas, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, David Miguel Vasques da Silva, Lara Sofia Vairinhos Rosa, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, Maria da Conceição Freitas Granado, António José Cardoso Gomes, Sandra Cristina Baptista Vasques, Luis Miguel Guerreiro Romão, José João Rodrigues Granado, Manuel da Conceição António, Rosa Maria Baptista Ribeiro Cabrita, Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro, Rui João Gutierrez Setúbal, Luís Manuel da Rosa Fernandes, José João Rosa Gonçalves, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA**, e conforme Edital de 16 de novembro de 2015, reuniu em sessão **ORDINÁRIA** a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

ABERTURA DA SESSÃO: O 1º Secretário procedeu à chamada. No **PSD** registou-se a ausência de **Maria Alexandra Martins do Livramento** que foi substituída por **António José Cardoso Gomes**, de **Maria do Rosário Papafina Proença** que foi substituída por **Sandra Cristina Baptista Vasques** e de **José Roberto Leitão Guerreiro** substituído por **José João Rodrigues Granado**. Na bancada do **PS**, **Albertina da Piedade Fernandes Madeira** foi substituída por **José João Rosa Gonçalves** e **Ricardo José Madeira Cipriano** substituído por **Rosa Maria**

Baptista Ribeiro Cabrita. Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA; - Foi dado conhecimento dos assuntos que constam da Ordem do Dia. O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o Orçamento Municipal não veio a esta Assembleia visto a Câmara Municipal aguardar a receção do parecer da DGAL que deverá acompanhar o Orçamento. -----

Informou ainda que a CDU enviou via e-mail à Assembleia Municipal as Moções “Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 494/2015 sobre as 35 Horas de Trabalho Semanal” e “É Urgente a Abolição das Portagens na Via do Infante”. Dado que as mesmas foram enviadas fora do prazo regimental não foram incluídas na Ordem do Dia. -----

Interveio **António Filipe Parra Martins** que sugeriu que as Moções fossem discutidas no Período de Antes da Ordem do Dia e que posteriormente se colocasse a votação a sua inclusão na Ordem do Dia. -----

Luís Manuel da Rosa Fernandes sugeriu à bancada da CDU que solicite a inclusão das moções na Ordem do Dia da próxima Assembleia.-----

David Miguel Vasques da Silva em nome da bancada do PSD, sugeriu que estas duas moções fossem integradas na Ordem do Dia da próxima Assembleia para serem discutidas convenientemente tendo em conta tratar-se de dois temas importantes e atuais. -----

José Manuel Modesto Dourado afirmou que o BE não vê inconveniente na votação das moções nesta Assembleia ou na próxima. Disse ser importante que se altere o Regimento relativamente à antecedência com que se devem apresentar as moções na medida em que por vezes existem temas urgentes a debater e que, dados os prazos, não se podem incluir.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que as moções da CDU serão incluídas na Ordem do Dia da próxima Assembleia e que na próxima semana será enviado um mail aos líderes das bancadas da Assembleia Municipal para que até meados de fevereiro apresentem por escrito as alterações que pretendem ver efetuadas no Regimento.-----

Maria Luisa Currito de Oliveira e Castro apresentou a seguinte declaração: -----

“A bancada do PS na Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António congratula-se com a tomada de posse do XXI Governo Constitucional como resultado da vontade maioritária do povo português expressa nas eleições do passado dia quatro de outubro e que alterou a relação de forças no poder. Igualmente manifestamos a nossa satisfação e orgulho por ver que um dos lugares de maior importância e responsabilidade da estrutura governativa foi atribuído ao vila-realense Mário Centeno”.-----

*unm
luc*

José Manuel Modesto Dourado afirmou que os atrasos no pagamento do apoio ao arrendamento são recorrentes e perguntou para quando o pagamento deste mês. Disse que, a autarquia, ao afirmar-se familiarmente responsável, não deveria ter sucessivos atrasos nestes pagamentos. Relativamente ao estacionamento pago sugeriu que deveria ter sido cumprida a informação que a Vice-Presidente da Câmara deu na última Assembleia de que a população seria devidamente informada da data de início da cobrança. Assegurou que muitas pessoas foram informadas através das multas que apareceram nos seus automóveis e acrescentou: *"Para além da gravidade da decisão que foi privatizar as ruas há um conjunto de inverdades que foram aqui explicitadas e que agravaram a situação."*-----

Rui João Gutierrez Setúbal perguntou ao executivo da Câmara Municipal pela resposta ao requerimento apresentado por si relativo ao estacionamento. Disse que na Assembleia de abril se falou da derrocada na Esquadra da PSP e da pretensão daquela entidade de fazer obras no local. Perguntou qual o ponto da situação relativa a este assunto e para quando a recuperação daquelas instalações. Falou de uma operação de trânsito relacionada com o excesso de velocidade que aconteceu no período da Páscoa na entrada Norte de VRSA e perguntou se a Câmara Municipal já tomou medidas para alterar o Regulamento de Trânsito, tal como ele próprio havia sugerido, no sentido de deixarmos de passar uma má imagem a quem nos visita. Sobre o Hotel Guadiana perguntou qual o ponto da situação relativamente à expropriação, se foi concretizada e nesse caso quais foram os custos inerentes à mesma, e se o contrato de exploração já foi assinado e qual o valor recebido pela autarquia ou pela empresa municipal. Falou ainda do terreno da Vilaleaving e se o processo de reversão do mesmo para a Câmara Municipal já se concretizou. -----

António Filipe Parra Martins referiu-se ao estacionamento tarifado, afirmando continuar a acompanhar a opinião da população e a não compreender o objetivo da implementação deste sistema já que, aparentemente, a única beneficiária é a empresa que será concessionária por trinta anos e que o facto de a autarquia não ter informado a população do funcionamento dos parquímetros, promoveu multas desnecessárias. Quanto ao saneamento básico e às obras em curso em Monte Gordo afirmou que as mesmas são de extrema importância mas que têm um planeamento pouco correto levando ao encerramento simultâneo das duas estradas de acesso a Monte Gordo. Perguntou se estão previstos os prazos para conclusão da obra. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes disse ter ficado surpreendida por um funcionário da ESSE ter multado o veículo da sua empresa e que estava estacionado frente à mesma, e mais

ainda por ao questionar o funcionário sobre o facto de andar sempre acompanhado de um agente da PSP ter recebido de resposta que essa seria a maneira de disciplinar a população. -

Luis Manuel da Rosa Fernandes propôs que se corrigisse o problema das mesas de voto 1 e 2 de Vila Real de Santo António já que as mesmas têm cerca de 1500 eleitores cada, quase todos de maioridade e que, para evitar tempos de espera deveriam ser distribuídos pelas mesas 6 e 7. Disse também que, nas últimas eleições, sendo delegado de uma mesa constatou que pelas catorze horas não havia nenhuma colaboradora para dar informações aos eleitores, o que não deveria voltar a acontecer nas próximas eleições. Referiu-se ainda ao espaço público e ao regulamento que foi aprovado em junho de 2014 solicitando a correção da situação da utilização abusiva do espaço público. Afirmou que o PS é, e sempre será, a favor dos apoios sociais e disse ter tido a informação que nalguns casos o apoio dado a algumas pessoas para a medicação não é necessário. Pediu que essa situação fosse verificada junto dos serviços. Quanto aos pombais do Monte Fino relatou ter-lhe sido entregue por um munícipe um parecer do ICNF relativo a um evento que se realiza desde 2012 naquele local e que segundo aquela entidade foi autorizado para 2012 e 2013. O parecer relativo a 2013 e 2014 não autorizou a realização do evento e o ICNF através de ofício informou que as estruturas instaladas no terreno deveriam ser retiradas e o mesmo ser limpo até Dezembro de 2013. De seguida, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se está informado desta situação irregular e acrescentou: *“Em virtude do evento ser importante para o concelho pergunto de está a ser feito algum esforço no sentido de o manter e tentar minimizar algumas consequências que existem na realização desta prova”*. --

Luis Miguel Guerreiro Romão explicou que a situação das salas de voto foi registada, que vai ser retificada já nas próximas eleições e que o serviço prestado no apoio aos eleitores, aqui falado pelo deputado **Luis Fernandes**, é um serviço de voluntariado que a Junta de Freguesia de VRSA presta para informar os cidadãos e acrescentou: *“Não é uma obrigação a Junta assumir essa tarefa mas fazemos porque os próprios funcionários se propõe a fazê-lo. Quando têm que almoçar ausentam-se, poderá ter sido essa coincidência que fez com que não estivesse ninguém no horário referido. Tendo em conta que se trata de um voluntariado, o que deveria ser feito era elogiar o trabalho e o esforço que os funcionários fazem”*-----

Manuel da Conceição António respondeu a **António Martins** dizendo que o trânsito em Monte Gordo decorre com normalidade e que há sempre alternativas para que o trânsito se faça sem grandes contratempos tanto na Estrada Nacional como na Estrada da Mata. Dirigindo-se a **Luis Fernandes** referiu que no caso das eleições existem “dois pesos e duas

medidas" já que em relação a Monto Gordo houve críticas da parte do PS de dar demasiado apoio às pessoas.-----

Luis Manuel da Rosa Fernandes justificou que relativamente às colaboradoras, a sua intervenção foi no sentido de corrigir a situação e não de criticar. A **Manuel António** disse que colaborar não é a palavra mais indicada porque *"não devemos estar ao telefone com as pessoas"*.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse a **José Dourado** que quando se concessiona esplanadas ou espaços também se privatiza espaço público e acrescentou: *"Durante três semanas fomos pondo em marcha o sistema dos parquímetros sem multas e uma equipa da Câmara informou os comerciantes. No edifício da autarquia existe um gabinete para esclarecer as situações necessárias e defender o interesse das pessoas"*. A **Rui Setúbal** disse que vai entregar de seguida as respostas aos requerimentos por si apresentados e que quanto aos apoios sociais existem alguns casos em que os valores ainda não estão liquidados, o que irá acontecer muito em breve. Informou ainda que a autarquia ofereceu o projeto para a esquadra da PSP local e que aguarda que a Direção Nacional e o Governo possam celebrar este acordo com a autarquia no sentido de iniciar uma obra que é da responsabilidade do Governo. Quanto ao Hotel Guadiana disse já ter informado que o contrato foi assinado e que o mesmo está disponível na página net da SGU e que o processo de expropriação foi aceite no Tribunal de VRSA. Relativamente à Vilaleaving informou que a autarquia está a pedir a reversão do processo em Tribunal e que aguarda a decisão. A **Luis Fernandes** declarou acompanhar as suas preocupações e referiu que nas próximas eleições as situações apontadas serão corrigidas. Quanto aos apoios sociais pediu para que, se alguém conhecer situações em particular, deve informar para que a Câmara possa atuar. Sobre os pombais do Monte Fino afirmou que a Câmara Municipal defende que a iniciativa se realize naquele local visto valorizar a cidade. Considerou que quem denuncia a realização de um evento desta natureza só pode ser o exemplo de uma má participação de cidadão e acrescentou: *"Não entendo que exista ilegalidade porque a iniciativa não fere o interesse público"*. A **António Martins** afirmou não existir outra forma de fazer a obra de saneamento, dado a envergadura da mesma e que os trabalhadores da SGU têm realizado a obra sem recurso a nenhuma empresa exterior. Disse ainda: *"A obra foi adiada para o início de Outubro para que não interferisse com o período de Verão. Tem uma profundidade de 5 metros com recurso a material de execução que teve de vir da Holanda para garantir a existência de segurança"*.-----

Luis Manuel da Rosa Fernandes disse querer esclarecer que quando falou do evento do Monte Fino quis apenas alertar para as situações que deveriam ser corrigidas e para que o Presidente da Câmara Municipal esclareça essa situações. -----

António José Cardoso Gomes opinou que o espaço dos pombais, antes de estar ocupado, era uma lixeira, que a colocação dos pombais naquele local e a realização do evento veio beneficiar e trazer outra dignidade àquele espaço e que o evento beneficia a hotelaria local.-

Passou-se ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, começando o mesmo com o ponto:-----

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; - O Presidente da Câmara Municipal entregou à Assembleia Municipal a resposta aos requerimentos dos deputados **Rui Setúbal** e **Luis Fernandes**, respetivamente, sobre o estacionamento privado e sobre as deslocações do Presidente da Câmara Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou dos processos remetidos, para conhecimento, pela Câmara Municipal a esta Assembleia, nomeadamente: -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA DIVISÃO DA CULTURA E PATRIMÓNIO HISTÓRICO – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;**-----

- **4 PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE - 2016 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA GINÁSTICA E MASSAGEM NA CASA DO AVÔ EM VRSA E MONTE GORDO 2015 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE VRSA E A VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM,SA – RENOVAÇÃO 2015/2016 (1ªRENOVAÇÃO) - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** ----

- **RELATÓRIO RELATIVO À INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE VRSA, ELABORADO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS SROC,LDA.;** -----

- **RELATÓRIO RELATIVO À INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM, SA, ELABORADO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS SROC,LDA.;** -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA PARA “AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA PARA O PLANO DE PORMENOR DAS HORTAS” - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS 2015 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

Manuel Filipe

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS A ENTIDADE EXTERNA - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) COM REPORTE A 31-12-2014, NOS TERMOS DO ARTIGO 12º DA LEI N.º N.º43/2012 DE 28 DE AGOSTO. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu ainda conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente, mail sobre a resposta do Governo à pergunta do PCP sobre a situação dos serviços públicos na área da toxicodependência e do alcoolismo na região do Algarve e mail da Associação Odiana a dar conhecimento da composição da nova Direção. Foram distribuídas pelas bancadas cópias de todos os documentos atrás descritos.-----

2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºs 8/2014, 1/2015 e 2/2015; - O Presidente da Assembleia colocou as Atas a votação tendo as mesmas sido aprovadas com as abstenções dos ausentes nas respetivas reuniões. -----

3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO LANÇAMENTO DA DERRAMA; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por MAIORIA em reunião de câmara de 29 de outubro, com as abstenções dos Vereadores David Murta e Luis Salas e o voto contra do Vereador José Cruz. -----

José Manuel Modesto Dourado informou que a Declaração de Voto do Bloco de Esquerda será contrária à aprovação das taxas máximas a serem votar nesta Assembleia pelas mesmas razões dos dois anos anteriores. Considerou que dado a crise atual, as taxas máximas são uma injustiça, que espera que a breve prazo a situação de empobrecimento protagonizada, por este Governo seja invertida, que o BE votará contra todas estas medidas sabendo que as mesmas decorrem do PAEL e acrescentou: *"Este tema levar-nos-ia a um longo debate, o porquê da necessidade de recurso ao PAEL e a situação dramática a que o município chegou"*. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes interveio para salientar a posição da bancada do PS e dizer: *"Não concordamos com o facto de as taxas estarem no máximo mas temos de respeitar o que é o PAEL e a necessidade que a autarquia teve desde 2012 de aderir a esse programa para resolver a sua situação financeira desastrosa. Apesar de não concordarmos com as taxas máximas e respeitando o PAEL vamos abster-nos"*. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por MAIORIA com os votos contra da CDU e do BE e as abstenções da bancada do PS. -----

A bancada do PS e do BE leram e entregaram declarações de voto. -----

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por MAIORIA em reunião de câmara de 29 de outubro, com o voto contra do Vereador José Cruz. -----

José Manuel Modesto Dourado opinou que é legítimo que a autarquia tenha esta taxa mas que não é correto que a mesma incida sobre os consumidores finais, sendo mais correto que fossem as empresas operadoras a pagá-las porque têm anualmente lucros consideráveis. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** interveio para dizer que esta taxa decorre da lei e que não pode ser alterada. -----

António Filipe Parra Martins disse que o PCP vota contra desde que esta taxa foi implementada por considerarem que deveria ser a operadora a pagá-la. Acrescentou que o partido recebeu recentemente a informação de que passariam a ser as operadoras a assumir esses valores pelo que desta vez o voto será favorável, na medida em que a reivindicação que o PCP e a CDU têm vindo a ter ao longo dos anos deu agora lugar a uma decisão legislativa benéfica. -----

António Manuel Cipriano Cabrita referiu achar contraditório o que acabou de ser dito e aquilo que foi referido sobre a Derrama e que se não houvesse estas taxas as empresas poderiam encerrar significando a perda de vários postos de trabalho. -----

Rui João Gutierrez Setúbal disse que independentemente desta alteração legislativa recente referida pelo deputado **António Martins**, o PS irá votar em consonância com os últimos anos, na sequência de uma deliberação antiga da associação Nacional de Municípios. Opinou que a Derrama não tem um peso significativo mas que conhece casos de relocalização de empresas por causa destes valores. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por MAIORIA com o voto contra do BE. -----

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por MAIORIA em reunião de câmara de 29 de Outubro, com as abstenções dos Vereadores David Murta e Luis Salas. -----

Não se registaram intervenções. A proposta foi aprovada por MAIORIA com o voto contra do BE e a abstenção do PS. -----

O BE leu e entregou declaração de voto. O PS entregou declaração de voto. -----

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS; Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por MAIORIA em reunião de câmara de 29 de outubro, com as abstenções dos Vereadores David Murta e Luis Salas e o

voto contra do Vereador José Cruz. -----Não
se registaram intervenções. A proposta foi aprovada por **MAIORIA** com o voto contra do **BE** e da **CDU** e a abstenção do **PS**. -----

O **BE** leu e entregou declaração de voto. O **PS** entregou declaração de voto.-----

7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – ZONA DE EQUIPAMENTOS (PDMVRSAZE) DISCUSSÃO PÚBLICA; -

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 27 de outubro, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz. -----

José Manuel Modesto Dourado disse considerar que esta não é uma revisão do PDM mas sim uma alteração muito localizada de um arranjo concreto na zona do Complexo Desportivo e acrescentou: *“Não nos parece que o executivo do PSD tenha um rumo definido para o concelho, navega ao sabor de alguns interesses muito concretos, legítimos ou não. O PDM deveria estar revisto e ser substituído. Não sabemos se será factível que o concelho se transforme numa zona de hotéis de cinco estrelas”*. Perguntou se já existem investidores interessados e se a zona envolvente se encontra protegida ao construir-se um hotel no local e afirmou que a proposta suscita muitas dúvidas relativamente ao tipo de comércio e serviços a implementar e que este processo merecia uma ampla participação da população, principalmente das pessoas ligadas ao turismo. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes salientou que a revisão do PDM deveria ser para todo o município, não apenas para uma área e que deveria apresentar-se um projeto de desenvolvimento sustentável para o concelho, não medidas avulsas. Acrescentou ainda: *“Vamos ter dois hotéis ao lado um do outro. O Bairro da Caixa também prevê um hotel para aquele local. Estamos em 2015 e continuamos com o concelho no estado em que está.”* -----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança opinou que a criação de uma unidade hoteleira naquele local é um benefício para Vila Real de Santo António porque existe um défice muito grande de hotéis na freguesia e que esta unidade hoteleira trará postos de trabalho, sendo um complemento ao binómio turismo-desporto e uma complementaridade à valência de saúde instalada na Nave Desportiva. -----

David Vasques da Silva disse que não é por haver uma alteração ao PDM que o mesmo deixa de estar em revisão, que a bancada do PSD é completamente favorável a que enquanto o PDM decorre, haja alterações pontuais em zonas que não são de somenos importância e que tem interesse para o concelho que numa zona como aquela seja aproveitado o investimento

feito durante muitos anos. Acrescentou ainda que aquele tipo de alojamento não vem competir com o já existente mas sim complementar a oferta turística atual. -----

Rui João Gutierrez Setúbal afirmou que o PS não está contra a modernização, o desenvolvimento do concelho, a criação de postos de trabalho e o aperfeiçoamento do necessário para dotar o concelho de mais e melhores infraestruturas. Disse que o que está em causa é uma questão de caráter político que tem a ver com uma posição de princípio há muito assumida já que está pendente uma revisão do PDM há bastante tempo. Referiu que este concelho foi um dos primeiros do país a ter um PDM aprovado mas que o mesmo está desatualizado. Terminou dizendo: *“O estar contra este processo não é estar contra o desenvolvimento, é estar contra o princípio que está a ser seguido.”* -----

O **Presidente da Câmara Municipal** interveio para dizer que depois do que ouviu acredita que Vila Real de Santo António precisava de uma melhor oposição para que as questões e ideias fossem discutidas de um ponto de vista construtivo para o concelho e afirmou ser anedótico haver questões sobre a implementação de um hotel ao lado de outro porque as estâncias hoteleiras têm hotéis muito próximos. Disse ainda: *“A oposição fala em postos de trabalho, apoios sociais e luta contra o desemprego mas quando se procura criar um investimento com 50 ou 60 postos de trabalho assistimos a uma política do bota-abaixo. O que está a acontecer nesta Assembleia é o retrato fidedigno daquilo que é a posição da oposição que confunde o que são os interesses do concelho com o gostarem ou não do Presidente de Câmara e do executivo. Este é o vosso erro político e a posição do PS não foi a mesma quando se trouxe à Assembleia alterações do PDM para regularizar atos ilegais de outros executivos. E não estou a acusar ninguém porque qualquer um pode enganar-se e cometer erros.”* Recordou a ocasião em que havia decisões do Tribunal de Loulé para mandar demolir as “Varandas do Guadiana” e o “Parque do Glória” e o facto de todos terem votado favoravelmente a alteração do PDM para retificar as ilegalidades antes cometidas, e acrescentou: *“A própria lei tem o instrumento da revisão da alteração do Plano de Pormenor do Plano de Urbanização”*. Relativamente às afirmações de **José Dourado** assegurou que não existe nenhuma parceria público-privada mas sim uma clínica com aluguer efetuado através de um concurso público para um espaço que já estava construído e que, uma das mais-valias para um Centro de Alto Rendimento Desportivo é ter alojamento. Realçou que é necessário dinamizar o turismo de saúde. A título de exemplo referiu que existem pessoas que se deslocam de vários pontos do país para fazerem reabilitação física com os médicos cubanos da Clínica Internacional do Guadiana. -----

assin. M. Cut
Intervio de novo **Luis Manuel da Rosa Fernandes** para sugerir que o Presidente da Câmara Municipal deveria convidar os partidos políticos a serem ouvidos e esclarecidos sobre aquilo que é o projeto que se quer para o concelho. -----

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que este processo, como qualquer alteração, tem um processo associado de consulta pública e que a sugestão do deputado **Luis Fernandes** é extemporânea mas ficará registada em Ata. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra do **BE, CDU e PS**. -----

O **BE, a CDU e o PSD** leram e entregaram declarações de voto. -----

8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presente a proposta do Vereador João Sol Pereira, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 27 de setembro, com as abstenções dos Vereadores David Murta e Célia Paz e o voto contra do Vereador José Cruz. -----

José Manuel Modesto Dourado perguntou do que se está a falar quando numa das alíneas diz que o Município pode delegar em parte ou na totalidade as operações de gestão de resíduos, higiene e limpeza de espaços públicos nos termos da legislação vigente. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, tal como diz a Lei, a Câmara Municipal pode contratualizar com quem entenda um serviço de limpeza tal como já o fez com empresas locais. -----

António Manuel Cipriano Cabrita afirmou que esta é, mais uma vez, uma tomada de posição ideológica e que, uma vez mais, é colocada pela oposição, referindo que é legal os privados poderem fazer os serviços. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **BE** e da **CDU** e as abstenções dos membros da bancada do **PS**. Registaram-se as ausências de **Sandra Cristina Baptista Vasques** e de **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** da bancada do **PSD**. -----

O **BE** leu e entregou declaração de voto. -----

9. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS; - Proposta do Vereador João Sol Pereira, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 29 de Outubro, com as abstenções dos Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes felicitou a autarquia, nomeadamente o Vereador João Sol, por esta proposta e afirmou esperar que se consiga ter um bom desempenho neste

processo. Sugeriu que se deva ultrapassar o limite que é indicado pela lei em todos os equipamentos. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções das bancadas do **BE** e da **CDU**. -----

10. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA SUBSCRIÇÃO DO “APELO DE PARIS” RELATIVO AO OLIMPISMO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE**, em reunião de câmara de 27 de outubro. -----

Não se registaram intervenções. A proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**.-----

11. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -----

Interveio **Rui João Gutierrez Setúbal** para dizer que o **PS** toma a mesma posição que em Assembleias anteriores já que o Relatório não está em condições de ser apreciado. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** comunicou o período de intervenção do público. - Interveio o munícipe **José Veia** que informou querer falar sobre questões de proteção civil na freguesia de Monte Gordo. Afirmou que aquela localidade tem duas entradas/saídas que se encontram bloqueadas pelas obras em curso e que se houver uma problema de grande envergadura não existe um caminho de emergência. Opinou ainda que a obra pode ser feita sem materiais vindos da Holanda. -----

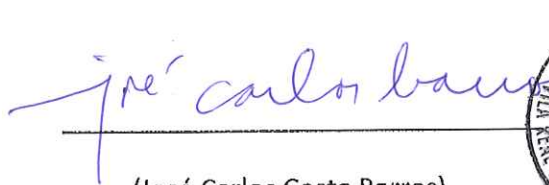
O **Presidente da Câmara Municipal** dirigiu-se ao munícipe para lhe dizer que certamente o mesmo interpretou mal as suas palavras visto que aquilo que referiu anteriormente é que, aquele tipo de estacas de suporte das areias, por serem muito específicas, vem da Holanda e que os restantes materiais são portugueses. Informou ainda que este tipo de obra obriga à aplicação de tecnologia bastante específica de extração e rebaixamento do nível freático, que qualquer obra pública para ser aprovada tem que ter um plano de segurança e que esta tem uma equipa que se ocupa manifestamente de segurança da mesma. Disse ainda que está prevista, em caso de necessidade, entrada e saída de veículos prioritários, nomeadamente pela entrada principal de Monte Gordo ou pelo Projeto Saal e Bairro dos Navegantes.-----

O Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da Ata desta sessão a aprovação sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e trinta e cinco minutos. -----

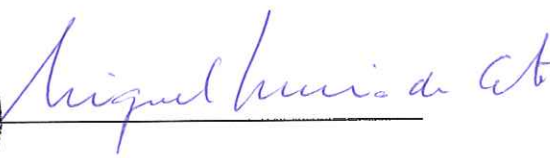
O Presidente da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,



(José Carlos Costa Barros)





(Miguel Moreira da Costa)



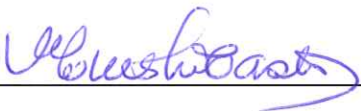
DECLARAÇÃO DE VOTO

A Bancada do Partido Socialista não concorda com a apresentação da proposta de lançamento da derrama no valor de 1,5% , devido principalmente à situação de crise económica e social que o país atravessa, agravada com a realidade financeira existente no Município de Vila Real de Santo António.

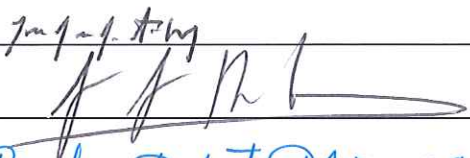
No entanto devido às imposições legais , designadamente do facto da Autarquia integrar o Programa I do PAEL, e do processo de reequilíbrio financeiro em curso, não podemos votar contra a referida proposta , ainda que entendamos não serem os munícipes e as empresas do concelho as responsáveis pela má gestão deste executivo PSD e assim, tomamos a nossa posição de voto é a abstenção .

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2015

A Bancada do Partido Socialista



Luís Manuel Zeca Fernandes



João Paulo Batista Almeida



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ainda que resulte de uma imposição legal definida no Plano de Apoio a Economia Local (PAEL) – e existem sobradas razões para denunciar o atual executivo cujas políticas o fizeram recorrer a esse dramático cenário - a aplicação de taxas de Derrama nos seus valores máximos constitui uma clara injustiça e revela-se como uma enorme gravidade para os sujeitos passivos, fustigados que já estão pela grave situação social que o país atravessa e considerando o tecido económico de Vila Real de Santo António, muito assente no comércio, na restauração e na hotelaria. Este tipo de atividade económica está normalmente associado aos pequenos e médios empresários que, além do já referido, se debatem com as inoportáveis taxas de IVA.

O voto do Bloco de Esquerda é, pois, contrário à aprovação das taxas máximas deste imposto.

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2015

(José Dourado)



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

inserir

[Handwritten signature]

DECLARAÇÃO DE VOTO

A proposta de aplicação da Taxa Municipal de Direito de Passagem para 2016 merece o voto contra do Bloco de Esquerda.

Esta taxa, tal como está instituída atualmente, não faz sentido. É um absurdo que sejam os consumidores a suportar o encargo da mesma e não diretamente as empresas operadoras de telecomunicações. A IMDP deve ser paga pelas empresas e não pelos consumidores!

Além disso, é sabido que várias dessas empresas, não obstante apresentarem significativos lucros, muitas vezes não transferem para os municípios a totalidade dos valores cobrados aos consumidores, não estando prevista na lei qualquer sanção para este incumprimento.

Dada a terrível situação social e económica da maioria da população portuguesa, e, neste caso, dos munícipes vila-realenses – desemprego, emprego precário, assalto fiscal aos trabalhadores –, é completamente injusto onerar com mais este encargo os consumidores e não as empresas, que são quem eternamente beneficia do uso dos espaços do município.

Por estes motivos, o Bloco de Esquerda declara o seu voto contra.

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2015

[Handwritten signature]

(José Dourado)

11
12



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Bloco de Esquerda considera justo que cada Município capte uma participação variável de IRS aos sujeitos passivos. Contudo, atendendo à grave situação socioeconómica que o concelho e o país atravessam, defende que essa taxa não deveria, de momento, ser aplicada.

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2015

(José Dourado)



DECLARAÇÃO DE VOTO

A Bancada do Partido Socialista não concorda com a apresentação da proposta de participação variável de 5% de IRS dos sujeitos passivos, devido principalmente à situação de crise económica e social que o país atravessa, agravada com a realidade financeira existente no Município de Vila Real de Santo António.

No entanto devido às imposições legais, designadamente do facto da Autarquia integrar o Programa I do PAEL, e do processo de reequilíbrio financeiro em curso, não podemos votar contra a referida proposta, ainda que entendamos não serem os munícipes e as empresas do concelho as responsáveis pela má gestão deste executivo PSD, e assim tomamos a posição de abstenção . .

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2015

A Bancada do Partido Socialista

Luis Manuel da Rosa Fernandes

Josefina Batista Ribeiro Abinto



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

A fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para os seus valores máximos merece o voto contra do Bloco de Esquerda.

Ainda que resulte de uma imposição legal definida no Plano de Apoio à Economia Local (PAEL) – e existem sobradas razões para denunciar o atual executivo cujas políticas o fizeram recorrer a esse dramático cenário - aplicar a taxa máxima de IMI constitui uma clara injustiça para as pessoas, rustigadas que já estão pela grave situação social que o país atravessa. O IMI que incide particularmente sobre os prédios urbanos avaliados afeta sobretudo casais ou jovens que vivem sozinhos, que, como se sabe, têm na sua maioria empregos precários ou estão no desemprego. Muitos munícipes já não conseguem pagar os créditos à habitação e as respetivas taxas de juro, pelo que, com a continuação da taxa máxima do IMI, as suas situações financeiras continuarão a ser insustentáveis.

Relativamente à proposta de majoração em 30% da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados na zona histórica de Vila Real de Santo António, o Bloco de Esquerda é favorável, na medida em que pode incentivar a reabilitação urbana e, conseqüentemente, a criação de postos de trabalho.

Contudo, seria justo e conseqüente com esta última medida, aplicar uma minoração em 30% da taxa de IMI para os prédios urbanos degradados mas entretanto recuperados.

É fulcral o combate à injustiça fiscal, e distinguir entre quem mantém os imóveis em condições de utilização e outros proprietários que, deixando os prédios ao abandono, não respeitam a finalidade dos imóveis, que é a sua habitação.

Por todos os motivos acima expostos, o voto do Bloco de Esquerda será contrário à aprovação das taxas máximas do IMI.

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2015


(José Dourado)

1000



DECLARAÇÃO DE VOTO

A Bancada do Partido Socialista não concorda com a apresentação da proposta de taxa máxima de IMI no valor de 0,8% para prédios rústicos e 0,5% para prédios avaliados, devido principalmente à situação de crise económica e social que o país atravessa, agravada com a realidade financeira existente no Município de Vila Real de Santo António.

No entanto devido às imposições legais, designadamente do facto da Autarquia integrar o Programa I do PAEL, e do processo de reequilíbrio financeiro em curso, não podemos votar contra a referida proposta, ainda que entendamos não serem os munícipes e as empresas do concelho as responsáveis pela má gestão deste executivo PSD. Assim, tomamos a posição de voto de abstenção.

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2015

A Bancada do Partido Socialista

Luís Manuel da Rosa Fernandes

Rosa Maria Batista Ribeiro



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Alteração ao PDM de VRSA – Zona de Equipamentos

O que deveria ser publicamente discutido é a revisão do Plano Diretor Municipal, como instrumento fulcral de definição da estratégia a seguir para o futuro do concelho, com a participação da população, e não optar por alterações localizadas e pequenos arranjos avulsos que não conterm qualquer coerência a um Plano definidor de todo um Município.

Além disso, a proposta de alteração do PDM na Zona de Equipamentos pretende acelerar e aprofundar numa direção que, para o Bloco de Esquerda, se revela errada e contrária ao interesse público. Veja-se a já existência no Complexo Desportivo de uma parceria público-privada, neste caso na área da saúde. Partilhamos o orgulho e o reconhecimento da importância que tem para o Município, para o Algarve e mesmo para o país a existência do nosso Complexo Desportivo e a sua classificação como Centro de Alto Rendimento. Contudo, a proposta agora em questão inclui, além da construção de uma unidade hoteleira, uma área de comércio e de serviços, o que permite decitar que o objetivo do executivo de maioria PSD é alterar uma zona eminentemente desportiva e dotá-la de outras características que se distanciam do uso e princípio originais. Quando menos, semelhante proposta é uma nebulosidade, que urge, por ^{isso} ~~isso~~, uma ampla e participada discussão de todos os municípios.

Outros fatores de análise crítica se levantam, como por exemplo a questão do ambiente, já que a zona da Mata significa, por si só, um dos maiores patrimónios do nosso concelho, que exige de todos nós a sua defesa e preservação.

O voto do Bloco de Esquerda é contra.

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2015

(José Dourado)

11.11.11



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Projeto de regulamento municipal de resíduos e limpeza urbana do concelho de VRSA.

O caminho que se abriu com a privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento – foi um caminho lesivo para o interesse público, atentatório para as próprias autarquias e para os trabalhadores e população em geral. A gestão dos resíduos sólidos urbanos não deixa de ser um sector estratégico nacional e, como tal, deveria ficar sempre na esfera pública, em vez de alimentar a busca de lucro por parte dos privados. Felizmente, várias autarquias interpuseram uma providência cautelar, entretanto aceite.

O presente Regulamento Municipal prevê que “o Município de VRSA poderá concessionar ou delegar, no todo ou em parte, a outra ou outras entidades as operações de gestão de resíduos, de higiene e limpeza de espaços públicos nos termos da legislação vigente” (Artº5, 2). Ou seja, “quando as circunstâncias e as condições o justifiquem”, a Câmara Municipal prevê que seja substituída, “no âmbito da limpeza pública e na gestão de resíduos urbanos, pelas Juntas de Freguesia, Empresas Municipais ou mediante contrato de prestação de serviços a empresas qualificadas para o efeito” (Artº55, 2).

O Bloco de Esquerda entende que o interesse das populações está acima de quaisquer outros interesses, sendo que a gestão dos resíduos urbanos deverá ser sempre da competência das autarquias, não concessionando ou delegando a outras entidades privadas a gestão de tão importante serviço público.

O voto do Bloco de Esquerda é contra.

Vila Real de Santo António, 27 de Novembro de 2015

(José Dourado)

100

PSD
Dec. cloto

univ.



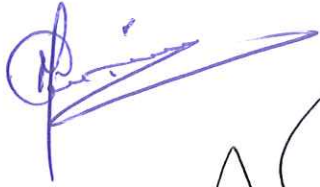
Neste ponto a oposição com
base em argumentação par-
teiramente discursiva votou contra

a possibilidade de
criação de posto de Trabalho
e de criação de alternativas

econômicas. Felizmente
a nossa missão conscientemente
analisar e aprovar
proposta do EXERCÍCIO MUNICIPAL

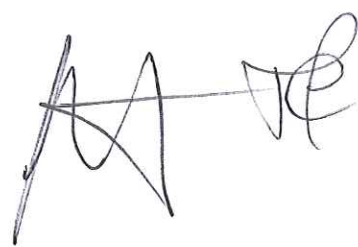
A Zuccardo BD

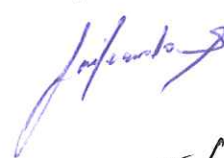
em MGA, 27/11/2015











Antonio Zuccardo

Wibns

Felhu.





Sandra Lopez